



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

ESPELHO DA RESPOSTA ESPERADA DA PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2022

CARGO PÚBLICO: 201 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, desenvolvesse o raciocínio no sentido de que os procedimentos e processos organizacionais são transformados em rotinas e expressos na forma de fluxogramas, que são gráficos que representam o fluxo ou sequência de procedimentos, processos ou de rotinas, as quais são procedimentos padronizados e formalizados. As principais funções dos fluxogramas são melhorar a compreensão dos processos e, como eles estão interligados, mostrar como as atividades e rotinas de trabalho são desenvolvidas na organização, além de identificar problemas e gargalos que geram desperdícios e retrabalhos.

O fluxograma vertical retrata a sequência de uma rotina por meio de linhas – que traduzem as diversas tarefas ou atividades necessárias para a execução da rotina – e de colunas – representando, respectivamente, os símbolos das tarefas ou operações, os funcionários envolvidos na rotina, as tarefas ou operações executadas, o espaço percorrido para a execução ou operação e o tempo despendido. O fluxograma vertical, também denominado gráfico de análise de processo, é utilizado para descrever simbolicamente um procedimento ou processo executado por vários funcionários, cada qual desempenhando uma tarefa diferente, ou para descrever uma rotina executada por uma única pessoa. O fluxograma vertical coloca ênfase na sequência da rotina ou do processo. Sua utilidade é enorme na área de planejamento de métodos e procedimentos de trabalho para montar um procedimento ou rotina, para ajudar no treinamento do pessoal, para fixar a sequência das operações, para racionalizar uma tarefa etc.

O fluxograma horizontal utiliza os mesmos símbolos do fluxograma vertical e enfatiza os órgãos ou pessoas envolvidas em determinado procedimento ou rotina. Em procedimentos ou rotinas que envolvam muitas pessoas ou órgãos, permite visualizar a parte que cabe a cada um e comparar a distribuição das tarefas entre todos os envolvidos, para uma possível racionalização ou redistribuição, ou ainda para dar uma ideia da participação existente, a fim de facilitar os trabalhos de coordenação e de integração.

O fluxograma de blocos baseia-se em uma sequência de blocos ou ícones encadeados entre si, tendo cada qual um significado específico. Tem duas vantagens: utiliza uma simbologia mais rica e variada e não se restringe a linhas e colunas preestabelecidas. É um fluxograma usado por analistas de sistemas para representar graficamente as entradas, operações e processos, saídas, conexões, decisões, arquivamento que constituem o fluxo ou sequência das atividades de um sistema qualquer.

CARGO PÚBLICO: 301 – ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, desenvolvesse o raciocínio e expusesse os cuidados, benefícios e malefícios da migração para um ambiente em nuvem, visto que tal procedimento não é uma tarefa simples, muito menos, rápida.

Assim sendo, o candidato deveria expor que o planejamento requer avaliação e inventário de todos os componentes de tecnologia que existem no ambiente on-primises (local) para saber quais tecnologias em cloud serão usadas para só depois iniciar o plano de migração.

Ainda deveria mencionar que, levando em consideração que as tecnologias em cloud são inúmeras, é necessário, por exemplo, avaliar quais serviços serão convertidos para SaaS, IaaS ou PaaS. Migrar bancos de dados pode virar um enorme problema se a base de dados for muito grande, pois é algo que nunca reduz de tamanho e o custo é sempre alto. Outros fatores como segurança, disponibilidade e acessibilidades dos usuários também precisam ser avaliados. Não esquecendo também da capacitação de todos eles. Aliados todos esses fatores à metodologia de projetos como SCRUM, Ágil e PMI é unir o que há de melhor em planejamento técnico e operacional. Não esquecendo, também, a LGPD, que está dando muitos problemas em diversas empresas que colocaram dados confidenciais em sites fora do Brasil.

Por fim, seria necessário explicar que somente após todos esses levantamentos é que se deveria ir ao mercado e mapear todos os fornecedores disponíveis para usar as tecnologias que foram mapeadas, pois uma migração para uma cloud com tecnologia incompatível poderá dar um prejuízo enorme, já que a maioria dos recursos são custeados em dólar, mesmo que pagos em reais, já que o câmbio do Brasil é muito volátil.

CARGO PÚBLICO: 302 – ASSISTENTE TÉCNICO

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, discorresse sobre:

- Orçamento tradicional, em quem os procedimentos até então utilizados para a elaboração orçamentária, antes da Lei n.º 4.320, de 1964 e do Decreto-Lei n.º 200, de 1967, baseavam-se na técnica tradicional, ou seja, o de que bastava, apenas, o levantamento de montantes para previsão da receita e fixação da despesa. Não se vislumbravam, nesse caso, compromisso algum com o atendimento das necessidades formuladas pela coletividade ou da própria administração pública e não ficavam evidentes os objetivos econômicos e sociais que motivariam a elaboração orçamentária. Na concepção de hoje, esta seria uma hipótese absurda. Essa técnica era pautada por uma preocupação exagerada com o controle contábil do gasto, que refletia o obsessivo detalhamento da despesa, do desdobramento desta em vários níveis, cuja finalidade seria somente o de verificar o objeto do gasto. Outro fato interessante é que, ao tomar essa direção, a programação ou a distribuição dos recursos para unidades orçamentárias era realizada com base na proporção do montante gasto em exercícios passados, e não em função do programa de trabalho ou da intenção do que se pretendia realizar. No orçamento tradicional, constatava-se que as distorções eram inevitáveis. Promovia-se, então, um ciclo vicioso no incentivo ao gasto indiscriminado, apenas para garantir maior fatia nos orçamentos seguintes, pela base histórica do gasto no passado.

- Orçamento de desempenho, que é a resultante de melhorar o processo orçamentário. Buscava-se saber onde e por que o governo gastava os recursos. Neste caso, observava-se a mudança pela preocupação de identificar onde e por que gastava. Via-se a configuração de uma evolução em relação ao orçamento tradicional, por espelhar, de certa forma, a atenção ou o foco naquilo que o governo realizava. O Orçamento de Desempenho, embora já comprometido com os seus objetivos, não poderia ser considerado um orçamento-programa, visto que ainda lhe faltava a característica essencial: a vinculação a uma sistemática de planejamento por programa.

- Orçamento participativo, que engaja a população ao processo da elaboração orçamentária, seja por meio de lideranças da sociedade civil, seja por meio de audiências públicas ou por outras formas de consultas diretas aos cidadãos. Normalmente, os orçamentos públicos, nas democracias representativas, são elaborados pelo poder Executivo e aprovados pelo Legislativo. A principal razão da existência do Legislativo, na sua função precípua de representação popular, está na participação direta com o Executivo na alocação dos recursos públicos por intermédio da elaboração dos orçamentos. O Orçamento Participativo constitui uma das formas mais diretas de consultar a sociedade para a definição das ações de governo destinadas à resolução dos problemas por ela considerados prioritários.

- Orçamento base-zero, que não foi considerado propriamente um marco na evolução da tecnicidade orçamentária, mas apenas uma conduta técnica simples, de elaboração da peça orçamentária, conquanto que: (a) ao final de cada exercício, os programas orçamentários componentes fossem tecnicamente zerados em seus valores, o que obrigava os executores a levantarem estimativas, com vistas à obtenção de novas prioridades para o orçamento seguinte; (b) a realização de procedimentos de análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas, e não apenas daquelas que ultrapassassem o limite de gasto existente; (c) os esforços eram direcionados para a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos. O orçamento base-zero não é um método de organizar ou apresentar o orçamento público, pois volta-se, antes de tudo, para a avaliação e a tomada de decisão sobre despesas.

- O Orçamento-programa foi introduzido no Brasil pelo Decreto-lei n.º 200, de 1967, como plano de ação do Governo Federal. Em seu artigo 16, determina que em cada ano será elaborado um orçamento-programa que pormenoriza a etapa do programa plurianual a ser realizado no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual. Assim, o procedimento legal que materializou a adoção do orçamento-programa no Brasil foi a Portaria n.º 9, de 1974, expedida pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que instituiu a classificação funcional-programática. Essa portaria vigorou com as alterações introduzidas no decorrer dos anos, porém, sem mudanças estruturais até 1999. A partir de 2000, foi substituída pela Portaria n.º 42, de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instituiu uma nova classificação funcional programática harmonizada com os planos plurianuais de cada governo e esfera da federação, estabelecendo os laços necessários entre planejamento e orçamento. Com base nessa característica, o Orçamento-programa foi muito além de um simples documento financeiro, aumentando sua dimensão como instrumento de operacionalização das ações do governo, ou seja, gestando programas, projetos, atividades e operações especiais em consonância com os planos e diretrizes estabelecidos.

Com base nessas premissas, foram aplicados os critérios de avaliação previstos no Edital.